

**ARE no RE no AgInt no RECURSO ESPECIAL Nº 1.631.431 - PR  
(2016/0264654-6)**

**RELATORA : MINISTRA MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA**  
**AGRAVANTE : SOLON SALES ALVES COUTO**  
**ADVOGADOS : ÁTILA PIMENTA COELHO MACHADO - SP270981**  
**LUCIANA PADILLA GUARDIA - SP376472**  
**AGRAVADO : MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL**  
**INTERES. : ANTONIO BATALHOTE**  
**INTERES. : ENIO VERCOSA**  
**ADVOGADOS : GUSTAVO FRANCEZ - SP172509**  
**LEONARDO LEAL PERET ANTUNES - SP257433**

**EMENTA**

AGRAVO EM RECURSO EXTRAORDINÁRIO.  
APELO EXTREMO NÃO ADMITIDO. MANUTENÇÃO  
DA DECISÃO. ENVIO DOS AUTOS AO SUPREMO  
TRIBUNAL FEDERAL.

**DECISÃO**

Trata-se de agravo em recurso extraordinário, interposto por SOLON SALES ALVES COUTO, contra decisão monocrática proferida pela Vice-Presidência do Superior Tribunal de Justiça, que, em parte, não admitiu o apelo extremo, nos termos da seguinte ementa (fl. 5.783):

"RECURSO EXTRAORDINÁRIO. DOSIMETRIA. PENA-BASE. VIOLAÇÃO DO PRINCÍPIO DA INDIVIDUALIZAÇÃO DA PENA. INEXISTÊNCIA DE REPERCUSSÃO GERAL. **TEMA 182/STF. SEGUIMENTO NEGADO.** LICITUDE DAS PROVAS COLHIDAS NO EXTERIOR. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. **SÚMULAS 282/STF E 356/STF.** CONTINUIDADE DELITIVA. *QUANTUM* DE AUMENTO. ANÁLISE DA LEGISLAÇÃO INFRACONSTITUCIONAL. **OFENSA REFLEXA À CONSTITUIÇÃO FEDERAL. RECURSO NÃO ADMITIDO**".

As contrarrazões foram apresentadas às fls. 5.829/5.832.

**É o relatório.**

Da análise do recurso, verifica-se que o agravante não apresentou fundamentos aptos a ensejar a modificação da decisão ora impugnada, não sendo hipótese de retratação.

Encaminhem-se os autos ao Supremo Tribunal Federal, nos termos do art. 1.042, § 4º, do Código de Processo Civil.

# *Superior Tribunal de Justiça*

## **DIÁRIO DA JUSTIÇA ELETRÔNICO**

Edição nº 2615 - Brasília, Disponibilização: Quarta-feira, 20 de Fevereiro de 2019 Publicação: Quinta-feira, 21 de Fevereiro de 2019

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília, 15 de fevereiro de 2019.

Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA  
Vice-Presidente

